



1290000345

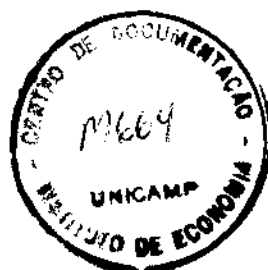


IE

TCC/UNICAMP So89i

Universidade Estadual de Campinas

Instituto de Economia - IE



Os Impactos da Abertura Comercial sobre a Estrutura Produtiva e a Inserção Externa Brasileiras

Aluna: Karina de Souza

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Carneiro

Campinas, 2001

TCC/UNICAMP
So89i
IE/345

CEDOC/IE

Índice

<u>Introdução</u>	3
<u>A ABERTURA COMERCIAL</u>	4
<u>AS TRANSFORMAÇÕES NA ESTRUTURA PRODUTIVA</u>	9
<u>A INSERÇÃO EXTERNA DO PAÍS</u>	22
<u>CRESCIMENTO ECONÔMICO E RESULTADO COMERCIAL</u>	36
<u>Conclusão</u>	46
<u>BIBLIOGRAFIA</u>	49

Introdução

Qualquer pessoa que se deparar com uma série de resultados comerciais do Brasil na década de 90 verá a transformação de expressivos superávits em volumosos déficits, resultado de uma explosão no crescimento das importações frente, apenas, a um moderado aumento das exportações.

Este resultado comercial reflete as profundas mudanças pelas quais passou a estrutura produtiva do país. Vários foram os elementos que contribuíram para tais mudanças, mas sem dúvida, o mais importante entre eles foi a abertura comercial. Este é exatamente o tema ao qual esta monografia se destina a estudar: os efeitos da abertura comercial sobre a estrutura produtiva e a inserção externa do país durante a década de 90.

Inicialmente, será apresentada uma breve descrição da abertura comercial, da mudança de paradigma que a adoção deste processo representou e dos resultados esperados pelos defensores da abertura.

O segundo capítulo mostra as alterações que ocorreram na estrutura produtiva do país a partir da evolução dos coeficientes de abertura e penetração da economia brasileira. São apresentadas as posições de dois autores com visões contrárias quanto ao que estas mudanças estariam representando.

No capítulo 3, são retratados os comportamentos das exportações e importações brasileiras ao longo da década, segundo diferentes critérios de agregação de setores, com o objetivo de mostrar como evoluiu (ou mais propriamente, regrediu) nossa inserção externa.

O último capítulo se destina à exemplificação da relação entre o crescimento econômico e a esta nova configuração do comércio exterior brasileiro.

Capítulo 1

A ABERTURA COMERCIAL

A indústria brasileira passou por um forte processo de liberalização nos anos 90. Este processo foi composto por diversos elementos como, por exemplo, a abertura comercial, as privatizações, as novas regras para o investimento estrangeiro e a eliminação de incentivos e subsídios concedidos pelo governo federal.

Dentre as medidas que promoveram a liberalização a que mais se destacou, do ponto de vista das alterações causadas na estrutura produtiva, foi a abertura comercial. A abertura se deu de forma acelerada e alterou completamente a estrutura das barreiras tarifárias e não-tarifárias. Estas últimas foram inteiramente eliminadas, inclusive com a abolição do Anexo C, que consistia em uma lista de produtos de importação proibida devido à produção de similares nacionais.

Para a diminuição das tarifas, foi adotado um calendário de reduções com o objetivo de que entre 1990 e 1994 o valor das tarifas ficasse entre 0 e 40%, com média de 14%. Entretanto, a redução de tarifas foi antecipada e, em 1993, já se havia atingido os valores desejados. A tabela 1 mostra magnitude e a velocidade da redução das tarifas.

Tabela 1
Tarifas de Importação (em %)

Datas	Média	Mediana	Intervalo	D. Padrão
1990	32,3	30,0	0 - 105,0	19,6
fev/91	25,3	25,0	0 - 85,0	17,4
jan/92	21,2	20,0	0 - 65,0	14,2
out/92	16,5	20,0	0 - 55,0	10,7
jul/93	13,2	12,8	0 - 34,0	6,7
dez/94	11,2	9,8	0 - 24,7	5,9
dez/95	13,9	12,8	0 - 55,5	9,5

Fonte: Pinheiro e Kume, apud Bielschowsky (1998)

Nos cinco primeiros anos da década a tarifa média foi reduzida a um terço de seu valor inicial. A elevação das tarifas observada em 1995 deveu-se às medidas

tomadas pelo governo frente aos desdobramentos da crise mexicana e aos resultados negativos apresentados pela balança comercial. No entanto, este aumento esteve fortemente concentrado na proteção do setor automobilístico, especialmente das montadoras, não representando exatamente uma mudança de política comercial em relação à proteção da indústria brasileira.

As medidas descritas acima mostram claramente a adoção dos preceitos neoliberais em detrimento do paradigma do desenvolvimentismo, que era assentado no processo de substituição de importações e na intervenção estatal.

Os defensores da visão neoliberal reconhecem a contribuição positiva do modelo desenvolvimentista anteriormente adotado, mas também creditam a ele diversas deficiências.

Segundo Moreira (1999), o modelo de substituição de importações foi responsável pela criação de uma ampla e diversificada estrutura industrial. As altas taxas de crescimento da indústria de transformação se irradiaram por toda a economia fazendo com que o PIB apresentasse elevadas taxas de crescimento. Além disto, a expansão da indústria também permitiu a diversificação das exportações brasileiras.

Apesar destas realizações, o antigo regime apresentava graves deficiências, que de acordo com o autor podem ser agregadas em cinco pontos:

1. A proteção à indústria favoreceu principalmente os setores intensivos em recursos escassos no país, como capital e tecnologia, causando a má utilização de recursos abundantes (mão de obra e recursos naturais).
2. A proteção aos produtores nacionais proporcionou a entrada de um número excessivo de fabricantes nos setores intensivos em capital e tecnologia, impossibilitando a obtenção de escalas adequadas.
3. A exigência de índices de nacionalização incompatíveis com o

desenvolvimento tecnológico e o tamanho do mercado brasileiros provocou ineficiências e desperdícios ao longo da cadeia produtiva.

4. A proteção ao mercado interno permitiu que os preços domésticos fossem muito superiores aos internacionais, criando um forte viés contra as exportações e impedindo os ganhos de eficiência e escala a elas associados.
5. Em decorrência do número excessivo de produtores e do viés contra as exportações, as empresas brasileiras não conseguiram diminuir as desvantagens de escala frente aos concorrentes internacionais.
6. A proteção em relação às importações e os desestímulos às exportações isolaram o produtor nacional da concorrência estrangeira, anulando os incentivos para a redução de custos e a introdução de novos produtos.

Em decorrência destas distorções, ao final da década de 80, a economia brasileira era caracterizada por produtos defasados, baixa produtividade e baixo crescimento da produtividade, escalas pouco competitivas e queda no desempenho das exportações de manufaturados.

O remédio para estes males seria, segundo a visão neoliberal, a ampliação da concorrência, que estimularia a incorporação de novas tecnologias levando a economia brasileira a um ciclo virtuoso de aumento de produtividade e de salários reais. A concorrência deveria ser elevada tanto pela abertura comercial, através da entrada de novos produtores no mercado antes protegido, como pelas privatizações, que aumentariam a eficiência de diversos setores e eliminariam monopólios.

Por trás do pensamento neoliberal existem algumas suposições muito importantes, como mostra Carneiro (2000). A primeira delas está em se considerar a abertura comercial uma via de mão dupla. A abertura causaria um aumento da concorrência nos mercados nacionais, mas também faria com que os produtores

nacionais tivessem um acesso mais fácil aos mercados externos. O aumento da concorrência provocado pela abertura comercial elevaria a produtividade da economia brasileira, aumentando a competitividade de nossos produtos e permitindo a conquista de novos mercados.

Além disto, supõe-se que a atividade industrial brasileira superaria a dicotomia mercado interno X mercado externo e se especializaria em certos segmentos, se encaixando no paradigma do *global sourcing*. Ou seja, a atividade produtiva visaria sempre o mercado global e se especializaria em atividades onde o país possuísse vantagens comparativas. O país passaria a ter a um padrão de especialização intra-setorial, e não mais uma especialização inter-setorial característica dos sistemas centro-periferia.

Entretanto, se confrontarmos estas suposições com as particularidades do desenvolvimento brasileiro, veremos que elas perdem sua força. De acordo ainda com Carneiro (2000), é preciso considerar que, em se tratando de uma industrialização periférica, sem um centro autônomo de inovação tecnológica, a concorrência e a inovação tiveram, no Brasil, um papel diferenciado. Enquanto se pôde apenas disseminar tecnologia, devido à relativa estabilidade do paradigma tecnológico, a internalização de novos setores foi capaz de dar à economia um dinamismo bem acentuado.

Outro ponto a ser considerado é a dicotomia mercado interno X mercado externo. A ampliação do mercado interno provocada por cada nova etapa da industrialização deu à economia brasileira um dinamismo muito maior do que um crescimento voltado para a produção de algumas *commodities* para o mercado externo daria. Além disto, as dimensões do país tornaram praticamente inevitável a introversão do crescimento. A evolução do mercado interno adquiriu, naturalmente, maior relevância para as decisões de investimento que as questões referentes ao mercado externo.

Apesar das diferentes posições a respeito das vantagens e desvantagens do abandono do desenvolvimentismo em favor da adoção de uma posição neoliberal, o fato é que a abertura comercial, entre outros fatores, como será visto mais adiante, provocou uma séria reestruturação produtiva na indústria brasileira. No próximo capítulo veremos como esta reestruturação se deu e quais foram os setores mais atingidos.

Capítulo 2

AS TRANSFORMAÇÕES NA ESTRUTURA PRODUTIVA

As transformações na estrutura produtiva podem ser observadas através do comportamento dos coeficientes de penetração (importação/produção) e abertura (exportação/produção) da economia. O comportamento destes indicadores mostra como os diferentes setores responderam ao novo cenário para o comércio exterior do país trazido pela abertura comercial.

Primeiramente vamos apresentar a evolução dos coeficientes de penetração e de abertura segundo as categorias de uso. Em seguida vamos fazer o mesmo para os setores agrupados segundo a intensidade dos fatores.

A evolução dos coeficientes não deixa dúvida de que mudanças importantes ocorreram na estrutura produtiva brasileira durante a década de 90, no entanto, os autores divergem a respeito de quais teriam sido estas mudanças e de quais são os impactos das mesmas para a economia brasileira. Sendo assim, em cada uma das análises serão apresentadas as opiniões de dois autores com posturas diferentes quanto ao que a evolução dos coeficientes estaria mostrando a respeito das mudanças na estrutura produtiva brasileira.

Como pode ser visto na tabela 2, os setores produtores de bens de consumo não-duráveis apresentaram poucas mudanças em seus coeficientes de penetração e abertura no decorrer da década.

Os setores produtores de bens de consumo duráveis apresentaram consideráveis elevações em seus coeficientes. Em 1998 estes setores apresentaram o maior coeficiente de abertura e o segundo maior coeficiente penetração.

O setor de bens de capital apresentou o maior coeficiente de penetração em 1998, quando seu total de importações foi equivalente ao total de sua produção. O coeficiente de abertura, mesmo sendo muito menor que o coeficiente de penetração, apresentou um aumento considerável, ficando atrás apenas dos bens de

consumo duráveis em 1998.

Tabela 2
Coeficientes de Penetração e Abertura da Indústria Brasileira (em%)

	1990	1998	Var. 90/98
Coeficientes de Penetração			
Bens de Consumo Não-Duráveis	2,8	7,9	5,1
Bens de Consumo Duráveis	8,9	29,3	20,4
Bens Intermediários Elaborados	6,1	21,9	15,8
Bens Intermediários	2,7	10,5	7,8
Bens de Capital	19,8	100,3	80,5
Equipamentos de Transporte	3,0	23,2	20,2
Total da Indústria	5,7	20,3	14,6
Coeficientes de Abertura			
Bens de Consumo Não-Duráveis	7,9	10,7	2,8
Bens de Consumo Duráveis	12,7	32,7	20,0
Bens Intermediários Elaborados	10,1	16,5	6,4
Bens Intermediários	7,0	10,1	3,1
Bens de Capital	7,7	24,2	16,5
Equipamentos de Transporte	10,5	20,4	9,9
Total da Indústria	8,8	14,8	6,0

Fonte: IBGE, apud Carneiro (2000)

Para Moreira (1999), o alto coeficiente de penetração apresentado pelos setores produtores de bens de capital se deve à necessidade destes setores adquirir economias de escala e especialização, o que gera maior necessidade de importações. O autor argumenta que mesmo nos países onde a produção destes bens é mais eficiente, o coeficiente de penetração também é alto.

A elevação do coeficiente de abertura mostraria que o setor não está em processo de desaparecimento. A diferença entre este coeficiente e o de penetração mostraria que ainda existem muitos ganhos de escala a serem exercidos, principalmente por um aumento das exportações.

Alguns autores argumentam que o Brasil estaria se especializando em bens de capital de menor conteúdo tecnológico e que isto traria impactos negativos sobre a geração e difusão de progresso técnico. Segundo Morcira (1999), antes da abertura, os bens de maior conteúdo tecnológico eram produzidos por multinacionais, vendidos por preços acima daqueles praticados no mercado

internacional e não se encontravam próximos à fronteira tecnológica. Assim, se é que houve algum ganho de aprendizado durante este período, eles não foram superiores aos prejuízos impostos pelo aumento do custo de investimento e pelas dificuldades em se difundir as inovações para os outros setores da economia.

Quanto aos baixos coeficientes de exportação apresentados pelos setores de bens de consumo não-duráveis e bens intermediários, o autor chama a atenção para o peso que os produtos *non-tradables* possuem nestes setores, o que naturalmente os faz apresentar menores coeficientes de abertura.

Para Moreira (1999), o grande aumento do coeficiente de penetração das importações do total da indústria deve-se não somente à redução tarifária, mas também ao crescimento do PIB. A correlação positiva entre a penetração das importações e o PIB se explica pela natureza mais sofisticada dos bens de consumo importados. Além disto, os gastos com investimento associados a taxas de crescimento mais elevadas, possuem coeficientes de importação mais elevados, o que confere às importações uma maior elasticidade-renda.

Como será visto mais adiante, a abertura comercial provocou o aumento da dependência do país em relação aos produtos de maior conteúdo tecnológico e mais intensivos em capital. Ou seja, embora o país tenha apresentado historicamente importações com maior elasticidade-renda que as exportações, a abertura comercial potencializou esta diferença. Portanto, o argumento do autor não é totalmente válido, já que não está em questão o simples crescimento do PIB e as maiores importações advindas disto e sim, o fato de a abertura comercial ter potencializado o aumento das importações quando o PIB aumenta.

Para Moreira (1999), o aumento dos coeficientes de importação seria, entretanto, esperado e desejado devido aos altos níveis de proteção da economia brasileira no final dos anos 80. O aumento das importações seria necessário para que ocorresse uma alocação mais eficiente dos recursos, o que nos levaria a obter ganhos de escala e especialização. Esta elevação do coeficiente importado não estaria de modo algum causando uma desindustrialização, já que os níveis do

mesmo ainda se encontram abaixo daqueles na maioria dos países industrializados.

Aqui o autor também deixa de levar em consideração um fato muito importante. Os países industrializados adquiriram coeficientes de penetração elevados ao longo de décadas e com mudanças gradativas em suas estruturas produtivas, não foi um processo concentrado em alguns poucos anos como no caso brasileiro e com efeitos tão pesados sobre a estrutura produtiva do país.

Ainda na opinião do mesmo autor, a elevação do coeficiente exportado, mesmo tendo sido mais lenta que o do coeficiente importado, confirma a expectativa de que o novo regime eliminaria o viés antiexportação e promoveria ganhos de produtividade, aumentando a importância do mercado externo para o produtor de manufaturas brasileiro. O diferencial de crescimento entre importações e exportações seria explicado pela taxa de câmbio desfavorável e por dificuldades específicas no aumento das vendas externas. A consolidação do regime e medidas, como a desvalorização cambial, reduziriam este diferencial, principalmente pela via do aumento das exportações.

Na opinião de Carneiro (2000), a elevação substancial do coeficiente importado mostra o esgarçamento ou maior especialização da produção enquanto o aumento apenas moderado do coeficiente exportado mostra que o mercado interno continua sendo o de maior importância como destino da produção.

Nos setores produtores de bens de capital, o forte aumento do coeficiente de penetração, juntamente com a elevação, embora bem menos significativa, do coeficiente de abertura, indicam que houve uma substituição da produção doméstica ao mesmo tempo em que se manteve um setor de montagem que exporta parte significativa de sua produção.

Quanto à considerável elevação dos coeficientes de penetração e de abertura dos setores produtores de bens de consumo duráveis, o autor acredita que de fato tenha ocorrido algum nível de especialização intra-indústria neste setor, mas ela estaria restrita ao setor automobilístico e ao Mercosul.

No ramo produtor de equipamentos de transporte as mudanças teriam sido semelhantes aos bens duráveis, mas com exportações menos significativas. Aqui a influência também seria do setor automotivo e do mercado regional.

Nos setores produtores de bens intermediários e de consumo não-duráveis, a evolução dos coeficientes não mostra mudanças significativas na inserção e especialização destes setores.

O comportamento dos coeficientes de abertura e penetração mostra, segundo o autor, que as alterações provocadas pela abertura comercial transformaram de forma significativa a estrutura industrial brasileira. A especialização que a abertura trouxe ocorreu através da rarefação das cadeias produtivas em todos os setores, sendo mais intensa nos bens de capital e menos significativa nos setores produtores de bens de consumo corrente. Isto tudo ocorreu sem que se estabelecesse um padrão significativo de especialização intra-industrial com o exterior.

As implicações destas mudanças são graves para a economia brasileira. Primeiramente, as relações entre os setores da economia foram diminuídas, o antigo padrão de crescimento que era baseado no adensamento das cadeias produtivas foi desmontado. Isto significa que, quando o país cresce, a demanda por aqueles bens cuja produção nacional foi substituída por importações vai vazar para o exterior, ao invés de permanecer dentro do país e puxar o crescimento do próximo setor da cadeia produtiva.

O autor mostra, portanto, que as suposições da visão neoliberal descritas no capítulo 1 não se confirmaram. Embora o coeficiente exportado esteja aumentando, o sentido da abertura é muito mais forte na elevação das importações. Além disto, a mudança tão menos significativa no coeficiente exportado indica que o mercado interno continua sendo o principal destino da produção brasileira e que a intensificação do comércio intra-industrial não vale como regra geral.

Passemos agora para a análise dos coeficientes de abertura e penetração nos

setores agrupados por intensidade de fator (tabela 3).

Os setores intensivos em tecnologia chegaram ao final da década com os maiores coeficientes de penetração e de abertura. Embora a evolução de ambos tenha sido significativa, o segundo foi bem mais modesto que o primeiro.

Os setores intensivos em capital apresentaram o segundo maior coeficiente de penetração, mas tiveram o menor coeficiente de abertura. Os setores intensivos em recursos naturais e mão de obra apresentam elevações similares de seus coeficientes de abertura, mas a elevação dos coeficientes de penetração dos setores intensivos em mão de obra foi bem mais significativa.

Para Moreira (2000), o forte aumento do coeficiente de penetração nos setores intensivos em tecnologia não seria algo negativo e nem indicaria que o setor tem o futuro condenado. Aqui, o autor também argumenta que mesmo os países desenvolvidos apresentam altos coeficientes importados nestes setores, já que estes setores necessitam adquirir substanciais ganhos de escala e especialização. Como os setores intensivos em tecnologia também apresentaram os maiores coeficientes de abertura, estaria sugerido um padrão de especialização intra-indústria.

Tabela 3
Coeficientes de Penetração e Abertura por Intensidade de Fator (em %)

	1990	1998	Var 90/98
Coeficiente de Penetração			
Setores Intensivos em Capital	9,9	24,2	14,3
Setores Intensivos em Tecnologia	9,8	44,1	34,3
Setores Intensivos em Mão de Obra	2	11,7	9,7
Setores Intensivos em Recursos Naturais	3,4	8,1	4,7
Total da Indústria	5,7	20,3	14,6
Coeficiente de Abertura			
Setores Intensivos em Capital	7,9	11,4	3,5
Setores Intensivos em Tecnologia	10	23,2	5,5
Setores Intensivos em Mão de Obra	6,4	13,3	6,9
Setores Intensivos em Recursos Naturais	12,7	18,8	6,1
Total da Indústria	9,4	14,8	5,4

Fonte: IBGE, apud Carneiro (2000) e Moreira (1999)

Para explicar o considerável aumento do coeficiente de penetração nos

setores intensivos em capital autor usa novamente o argumento de que estes são setores onde as economias de escala e especialização são importantes e que, portanto, tendem a apresentar coeficientes importados altos.

Os setores intensivos em mão de obra apresentam, conforme as expectativas, baixos coeficientes de penetração, o que refletiria o reduzido custo da mão de obra no país. Já pelo lado das exportações, o baixo coeficiente de abertura é considerado um resultado surpreendente, pois estes setores possuem um grande potencial exportador.

Carneiro (2000) faz a análise dos segmentos que formam os respectivos setores. Para os setores intensivos em tecnologia, sua conclusão é de que nos segmentos montadores de veículos pesados de fato houve uma especialização intra-indústria e, que no segmento de aviões e partes o que ocorreu foi a formação de uma atividade de montagem.

Nos setores intensivos em capital a forte elevação do coeficiente de penetração e o fraco desempenho do coeficiente de abertura, levam o autor a concluir que houve substituição da produção doméstica sem que se desenvolvesse uma maior inserção externa.

Para Carneiro (2000) estas alterações deixam claro o sentido geral das mudanças provocadas pela abertura comercial. Ou seja, a perda de densidade das cadeias produtivas nos setores intensivos em tecnologia e capital e um impacto menor nos setores intensivos em mão de obra e recursos naturais. Isto tudo sem que se conseguisse formar um padrão de inserção externa intra-industrial.

A especialização produtiva ocorrida durante estes anos levou, como visto, somente um setor, pertencente aos intensivos em tecnologia, à inserção intra-industrial. Nos setores intensivos em capital ela foi inexistente e nos demais setores foi muito pouco significativa.

As conclusões do autor também estão baseadas nas mudanças que cada setor apresentou na participação na produção industrial do país. Os setores intensivos em tecnologia ampliaram levemente sua participação na produção, mas isto ocorreu

devido à performance de alguns poucos segmentos que desenvolveram atividades de montagem. Os setores intensivos em capital tiveram redução de sua participação durante a década, e esta redução só não foi maior devido à ótima performance do setor de Petróleo e Química Básica. Outro setor a apresentar declínio em sua participação na produção foi o de intensivos em mão de obra. Os setores intensivos em recursos naturais aumentaram significativamente sua participação. Isto confirma a conclusão de que o país vem perdendo suas atividades de maior dinamismo que usam mais intensamente tecnologia e capital.

Moreira (1999) também faz uma análise similar a esta, procurando mostrar os impactos da abertura sobre a alocação de recursos. Os setores que obtiveram ganhos e perdas de participação na produção industrial são os mesmos que os apresentados por Carneiro.

O aumento de participação dos setores intensivos em recursos naturais é explicado pelo autor como sendo o resultado de um forte aumento da demanda doméstica devido às mudanças no padrão de consumo, à difusão de novos produtos e ao aumento da renda derivado da estabilização. Além destes fatores, o comércio exterior também deu sua contribuição através do aumento do coeficiente exportado e do baixo coeficiente importado.

Os modestos ganhos de participação dos setores intensivos em tecnologia deveram-se a alguns poucos segmentos nos quais a contribuição negativa do comércio exterior foi mais que compensada pelo aumento da demanda doméstica. Mais uma vez o autor diz que a contribuição negativa do comércio exterior já era esperada devido à elevada proteção que beneficiava esta indústria antes da abertura, cujas características eram de pequena escala e excesso de diversificação.

Os setores intensivos em mão de obra tiveram contribuição positiva do comércio exterior, mas esta foi muito pequena devido ao fraco desempenho das exportações. A demanda interna foi a responsável pela substancial queda de participação destes setores, a explicação para isto seria a baixa elasticidade-renda

apresentada pelos mesmos.

A queda de participação dos setores intensivos em capital também é explicada pelo desempenho negativo da demanda doméstica.

Como se pode observar, a opinião de Moreira (1999) é a de que as mudanças tenham ocorrido em grande parte por alterações na demanda doméstica. Quando o comércio exterior deixa de contribuir de forma positiva para o aumento de importância do setor, isto se deve ao fraco desempenho das exportações e não a consequências trazidas pelo aumento das importações.

Depois de mostrar as diferentes visões a respeito das mudanças ocorridas na estrutura produtiva, vamos verificar como é o padrão de crescimento que esta nova configuração deu à economia brasileira.

Para tanto, é preciso observar as implicações de um outro fator que teve muita importância na redefinição da estrutura produtiva brasileira na década de 90: as privatizações.

Durante a última década houve um crescimento muito grande das fusões e aquisições no Brasil, sendo que, desde 1994 as operações transfronteiriças superaram as domésticas.

A grande maioria das fusões e aquisições se deu por meio das privatizações. Este foi um processo que diminuiu a participação do setor produtivo estatal e que, portanto, reduziu o peso deste na taxa de investimento da economia. A importância deste fato está em que, historicamente, o investimento do setor privado sempre se guiou pelos investimentos do setor público, que agora perdeu participação na economia.

Apesar da importância das privatizações, as fusões se deram por uma variada quantidade de setores, o que mostra que também ocorreu desnacionalização de empresas em diversos setores além dos antes chamados serviços públicos.

Estas mudanças demonstram que o antigo padrão de desenvolvimento baseado no Tripé (empresas estatais, multinacionais e privadas nacionais) foi

desfeito. Ocorreu um aumento significativo de importância das empresas estrangeiras e um recuo do setor estatal. A participação do setor privado nacional aumentou apenas porque este adquiriu parcelas de controle de empresas de propriedade compartilhada, onde dificilmente possuem posições hegemônicas.

Fica claro, portanto, que as privatizações e as fusões transfronteiriças diminuíram o poder de orientação do investimento que o Estado possuía, além de ter desmontado o padrão de desenvolvimento adotado até então.

Partamos, então, para a análise do novo padrão de crescimento trazido por todas estas mudanças.

Carneiro (2000) chama a atenção para o fraco desempenho dos investimentos durante a década de 90. Como pode ser visto na tabela 4, os investimentos nos anos 90 ficaram abaixo inclusive dos níveis da década de 80, um período de estagnação.

Tabela 4
FBKF no Brasil (% do PIB)

Períodos	FBKF
1971-80	23,5
1981-89	17,8
1990-94	14,9
1995-97	17,1

Fonte: Bielschowsky (1998)

Além de o investimento ter sido menor, ocorreu uma importante alteração na distribuição entre a compra de equipamentos importados e nacionais. Em 1990, os equipamentos importados representavam 10,6% do total investido e, em 1999, esta porcentagem foi de 60%. Os responsáveis por esta ampliação foram a abertura comercial e a valorização cambial que diminuíram significativamente os preços destes bens. O aumento da participação dos equipamentos importados é uma evidência da redução do encadeamento da estrutura produtiva, já explicado anteriormente.

Bielschowsky (1998) faz um estudo sobre os investimentos ocorridos no período 1995-97, quando já se havia concluído a abertura comercial e implementado o Plano Real. Como se pode ver na tabela 4, este foi um período de aumento do investimento em relação aos primeiros anos da década. Segundo o autor, estes investimentos tiveram o formato de um mini-ciclo de modernizações, ou seja, a maioria dos investimentos foi destinada apenas à modernização das plantas produtivas já existentes. Estes investimentos são considerados pelo autor como sendo a “etapa fácil” de um ciclo de crescimento. Em seu estudo o autor já dizia que estes investimentos não deveriam ser encarados como o início de um ciclo longo, uma vez que a “etapa difícil” (investimentos em expansão da capacidade e em novos produtos), não estaria preste a acontecer.

Outro ponto importante levantado pelo autor é o fato de que o investimento se baseou no comportamento do mercado interno. Mesmo existindo a intenção de se aumentar as exportações, o produtor se orientou pelo aumento que o mercado interno apresentou, mostrando que este continua sendo o principal destino de nossa produção, como argumento exposto anteriormente.

O autor também hierarquiza os setores de acordo com o dinamismo de seus investimentos. O grupo dos mais dinâmicos foi composto pelos setores produtores de bens de consumo e seu crescimento teve como maior influência o aumento do mercado interno, devido aos efeitos da estabilização sobre os salários. No caso dos bens duráveis a reintrodução do financiamento de médio prazo para o consumo também foi muito importante.

Os setores menos dinâmicos são divididos em dois grupos. O primeiro teria chances de se recuperar caso surgissem condições mais favoráveis dentro da economia brasileira, é formado pelos setores produtores de bens intermediários, bens de capital sob encomenda e o setor de autopeças. O segundo grupo é formado por aqueles setores com menores chances de recuperação, como o complexo têxtil e diversos setores altamente intensivos em tecnologia.

O fraco desempenho destes setores mostra, como dito anteriormente, é a

evidência de que vem ocorrendo vazamento para o exterior da demanda gerada pelo crescimento de outros setores.

Outro estudo que mostra o baixo dinamismo de diversos setores na economia brasileira nesta última década é apresentado pelo MDIC (2000). O estudo, que é mais focado no estudo da competitividade da indústria brasileira, destaca como maiores influências para o baixo dinamismo a abertura comercial, a estabilidade de preços e a privatização, entre outros.

O destaque neste estudo é para a diferença de ritmo de resposta dos diferentes setores frente ao novo cenário econômico. Enquanto alguns segmentos apresentam desempenhos muito bons, outros, principalmente os de menor porte, ficam muito aquém de suas potencialidades. O resultado final é o baixo dinamismo da produção industrial.

Este comportamento reflete a incapacidade da indústria de transformação aumentar suas vendas externas em um ritmo compatível com o aumento de importações que vem ocorrendo desde a abertura comercial. O estudo também chama atenção para a redução dos impactos do crescimento sobre a cadeia produtiva, o que se nota pelo aumento da participação dos insumos importados e dos bens de capital no total das importações.

O impacto da abertura comercial estaria sendo, portanto, o de provocar uma especialização perversa na estrutura produtiva brasileira. A substituição de partes da cadeia produtiva por produtos de origem externa vem ocorrendo de modo muito mais rápido e intenso que o aumento das exportações dos segmentos restantes, o que causa o baixo crescimento industrial e o elevado crescimento do déficit comercial.

A conclusão do MDIC é a mesma de Bielschowsky, ou seja, a situação do investimento de fato melhorou em relação aos primeiros anos da década, no entanto, esta alteração não seria suficiente para inaugurar um novo ciclo de crescimento com taxas significativas.

Neste capítulo foi mostrado como a abertura comercial e outros importantes fatores alteraram a estrutura produtiva brasileira e também quais os impactos desta nova configuração sobre o investimento. Agora, passaremos para a análise das repercussões destas alterações sobre a inserção externa brasileira.

A INSERÇÃO EXTERNA DO PAÍS

Durante a década de 90 a economia brasileira assistiu a uma degradação de seu saldo comercial. Passamos de volumosos superávits para consideráveis déficits. Neste capítulo se mostrará como se deu este processo. Em primeiro lugar, vamos apresentar as conclusões de um estudo do IEDI (2000) a respeito das importações e exportações brasileiras. Depois vamos passar para as conclusões de Carneiro (2000) sobre a nova inserção externa do país.

No estudo do IEDI é mostrado o comportamento das exportações e importações brasileiras de acordo com diversos critérios, para os períodos de 1991-1994 e 1994-1998. O estudo mostra claramente o agravamento da situação do comércio exterior do Brasil durante a década de 90. As condições vigentes nos dois períodos analisados são resumidas a seguir.

No período de 1991 a 1994, a economia brasileira se recuperava da recessão provocada pelo Plano Collor. As importações foram fortemente favorecidas pela abertura comercial já em curso e pelo retorno dos fluxos de capitais ao país, suas taxas de crescimento representavam mais que o dobro da média mundial como pode ser visto na tabela 5. As exportações foram favorecidas pela taxa de câmbio, que tinha sofrido desvalorização, e também cresceram acima da média mundial, embora suas taxas tenham ficado bem abaixo do crescimento das importações.

No segundo período, o crescimento econômico no país é mais elevado, devido ao impulso dado pelo Plano Real. As taxas mais altas de crescimento, o financiamento externo ainda mais abundante e o prosseguimento da abertura comercial continuaram dando fortes estímulos para o crescimento das importações, as quais permaneceram apresentando taxas de crescimento muito altas. Pelo lado das exportações, a situação foi inversa, a sobrevalorização da taxa de câmbio fez com que as exportações apresentassem taxas de crescimento baixas, inferiores à média mundial.

Como se pôde observar, os quatro primeiros anos da década já apresentavam uma situação preocupante com taxas de crescimento das importações bem superiores às das exportações. As mudanças no cenário macroeconômico do período seguinte agravaram ainda mais os problemas na balança comercial, que passou a apresentar taxas de crescimento de importações e exportações ainda mais díspares.

Tabela 5
Crescimento médio do comércio internacional (em %)

Períodos	Exportação		Importação
	Mundo	Brasil	Brasil
1991/1998	6,5	7,1	15,2
1991/1994	7,2	11,4	16,2
1994/1998	6	4,1	14,4

Fonte: IEDI (2000)

Partiremos agora para a análise das exportações de acordo com sua competitividade e a situação de sua demanda no mercado mundial.

Um setor de exportação obtém ganho de competitividade se ele foi capaz de aumentar seu *market share* no mercado mundial deste setor, se um setor perdeu participação em seu mercado considera-se que este teve perda de competitividade. Um setor é de demanda crescente se sua participação no comércio mundial total aumentou, e é de demanda decrescente se sua participação no total do comércio mundial declinou.

Podemos observar na tabela 6 que, no período de 1991-1998, o número de setores exportadores com ganho de competitividade era de 128 e representavam 61% da pauta de exportações, no segundo período o número destes setores caiu para 99 e passou a representar 52% do total de exportações. Estes dados mostram que, entre os dois períodos, ocorreu uma perda da participação das exportações brasileiras nos seus respectivos mercados.

Tabela 6
Setores com Ganho e Perda de Competitividade no Comércio Mundial

	1991/1994		1994/1998		1991/1998	
	Ganho	Perda	Ganho	Perda	Ganho	Perda
Número de Setores	128	76	99	129	114	90
Porcentagem das Exportações	61	39	52	48	60	40

Fonte: IEDI (2000)

Na análise das exportações dos setores com demanda crescente (tabela 7) se observa uma redução de 107 setores no primeiro período para 84 setores no período de 1994-1998. Em porcentagem a redução foi de 52 para 36% da pauta de exportações, ou seja, nos anos de 1994-1998, 64% de nossas exportações faziam parte de setores com queda de participação no mercado mundial.

No que se refere às importações a situação é a oposta. Os setores de demanda crescente aumentaram sua participação no total importado, passando de 52 para 54% do total de importações.

Pode-se observar que do primeiro para o segundo período, o Brasil passa a exportar prioritariamente produtos de demanda decrescente no comércio mundial e aumenta ainda mais suas importações de setores de demanda crescente.

Tabela 7
Setores com Demanda Crescente e Decrescente no Comércio Mundial

	1991/1994		1994/1998		1991/1998	
	Crescente	Decrescente	Crescente	Decrescente	Crescente	Decrescente
Número de Setores	107	97	84	144	90	114
% da Exportação						
Mundo	59	41	58	42	58	42
Brasil	52	48	36	64	35	65
% da Importação						
Brasil	52	48	54	46	53	47

Fonte: IEDI (2000)

Outra forma de analisar a evolução das exportações é através da classificação dos setores em ótimos, de oportunidade perdida, em declínio e em retrocesso. Os setores ótimos são aqueles que obtêm ganho de competitividade em mercados de demanda crescente, os setores de oportunidade perdida são aqueles que perdem competitividade em setores de demanda crescente, os setores em declínio são os que ganham competitividade em setores de demanda decrescente e os setores em retrocesso são os que perdem competitividade em setores de demanda decrescente.

Podemos observar na tabela 8 que o número de setores ótimos na pauta de exportação do Brasil regrediu sensivelmente entre os dois períodos analisados, passando de 63 para 32. Em porcentagem isto significa uma queda de 28 pra 18%. Ou seja, no período 1994-1998 as exportações dos setores que conquistaram ganho de competitividade, em mercados de demanda crescente, representavam apenas 18% de nossa pauta exportadora.

Na situação oposta estão os setores em retrocesso, tanto em números absolutos quanto em participação no total das exportações os valores no segundo período superaram o dobro daqueles do início da década. O número de setores aumenta de 32 para 77 e sua participação se eleva de 15 para 31%.

A queda de participação no total de exportações de setores ótimos e o aumento da participação dos setores em retrocesso mostram uma situação preocupante. Além de muito poucos setores terem conseguido aumentar suas participações em mercados em crescimento, muitos setores perderam participação em mercados de pouco dinamismo. Ou seja, não fomos capazes de crescer nos mercados com demanda crescente e ainda perdemos participação em mercados com demanda decrescente.

A situação dos setores em declínio pouco se alterou durante a década. Estes setores apresentaram um pequeno aumento de participação nas exportações totais. Por se tratar de setores com demanda decrescente no mercado mundial é preciso que exista uma política para manter a competitividade destes setores para que eles não se transformem também em setores em retrocesso.

No caso dos setores de oportunidades perdidas, o estudo do IEDI (2000) sugere uma política de investigação de potencialidades caso a caso para que se possa aumentar a participação das exportações brasileiras nestes setores de demanda crescente.

Tabela 8
Classificação das Exportações Segundo Setores Ótimos, em Declínio, etc

	Setores Ótimos	Setores em Declínio	Setores em Retrocesso	Setores de op. Perdidas
Número de Setores				
1991/1998	47	67	47	43
1991/1994	63	65	32	44
1994/1998	32	67	77	52
Participação no total das Exportações				
1991/1998	17	43	22	18
1991/1994	28	33	15	24
1994/1998	18	34	31	18

Fonte: IEDI (2000)

O estudo também analisa as exportações e importações brasileiras de acordo com o seu dinamismo. Os setores são classificados como muito dinâmicos (MD), dinâmicos (D), intermediários (I), em regressão (R) e em decadência (DE). Esta classificação permite visualizar os setores que cresceram abaixo ou acima da média do crescimento do comércio mundial, nos respectivos períodos. O comportamento destes setores é mostrado na tabela 9.

No período 1991-1994 tanto as importações como as exportações brasileiras de produtos dos setores dinâmicos e muito dinâmicos (MD/D) ficaram próximas à média mundial. As exportações e importações no Brasil representavam 54% e a média mundial era de 61%.

A situação se modificou no período 1994-1998, as importações dos setores muito dinâmicos e dinâmicos representaram 55% do total de importações e continuaram próximas à média mundial de 59%. Já as exportações destes setores passaram a representar apenas 38% do total de exportações brasileiras, se distanciando significativamente da média mundial.

Apesar da queda de participação dos setores dinâmicos no total das exportações, o problema esteve concentrado nos setores muito dinâmicos. As exportações destes setores representavam 32% de nossas exportações totais no primeiro período e estavam 11% atrás da média mundial. Já no segundo período, as exportações destes setores passaram a representar apenas 13% do total de exportações, enquanto a média mundial era de 33%.

Tabela 9
Setores Classificados pelo Dinamismo do Comércio Mundial

	MD	D	I	R	DE	MD/D
1991/1998						
Brasil						
Importação	30	24	25	9	13	53
Exportação	17	18	32	20	12	35
Mundo	35	23	25	10	7	58
1991/1994						
Brasil						
Importação	36	18	17	9	20	54
Exportação	32	22	15	18	13	54
Mundo	43	18	18	8	12	61
1994/1998						
Brasil						
Importação	28	27	20	11	14	55
Exportação	13	25	26	20	16	38
Mundo	33	26	17	12	12	59

Fonte: IEDI (2000)

O estudo do IEDI (2000) também apresenta a análise do comércio brasileiro de acordo com a intensidade tecnológica dos produtos. Os setores são classificados em três grupos: intensidade tecnológica alta (A), média-alta (MA) e não alta e média-alta (NãoA/MA).

A participação das importações de produtos de alta e média alta intensidade tecnológica no total das importações brasileiras evoluiu de 36%, em 1991, para 44%, em 1994, e para 47%, em 1998. Como pode ser visto na tabela 10, estas taxas eram idênticas à média mundial no primeiro ano e superiores nos outros dois anos analisados. Neste ponto os setores que mais pesaram foram os de intensidade tecnológica média-alta, em 1998 as importações destes setores representaram 33%

do total e a média mundial era de 25%.

As exportações dos produtos de alta e média-alta intensidade tecnológica também apresentaram aumento da participação no total das exportações, mas diferentemente das importações, suas taxas sempre estiveram bem abaixo da taxa média mundial. Os setores que mais pesam para este diferencial são os de alta intensidade tecnológica. Em 1998, as exportações brasileiras nestes setores representavam apenas 5% do total de nossas exportações, enquanto a média mundial era de 18%.

Tabela 10
Setores Classificados pela Intensidade Tecnológica

	A	MA	NãoA/MA	A/MA
1991				
Brasil				
Importação	10	26	64	36
Exportação	4	13	83	17
Mundo	13	23	64	36
1994				
Brasil				
Importação	12	31	56	44
Exportação	3	16	82	18
Mundo	15	24	61	39
1998				
Brasil				
Importação	15	33	53	47
Exportação	5	19	76	24
Mundo	18	25	57	43

Fonte: IEDI (2000)

Uma maneira mais apropriada para analisar o comércio de produtos de maior intensidade tecnológica é através de sua participação nas exportações e importações exclusivamente de manufaturas.

As exportações brasileiras dos setores de alta e média alta intensidade tecnológica aumentaram significativamente como proporção do total das exportações de manufaturados. Em 1991 elas representavam 29% destas exportações, passando a 42% em 1998. Certamente este foi um resultado muito positivo para o comércio exterior do país, no entanto, é preciso notar que este aumento ocorreu devido à evolução somente de duas indústrias, a automobilística e

a de aeronaves.

Estas indústrias tiveram políticas de investimento, de desenvolvimento tecnológico e de formação de mão de obra qualificada. Os resultados obtidos deixam claro que iniciativas deste tipo e direcionadas para o aumento das exportações realmente funcionam, devendo ser aplicadas para outros setores.

Já mostramos no primeiro capítulo que um dos argumentos a favor da abertura comercial era o de que o coeficiente exportado da economia aumentaria de forma a compensar a elevação do coeficiente importado. Os setores com altos coeficientes importados se modernizariam, ganhariam competitividade internacional e passariam a exportar mais, compensando o aumento das importações. Vejamos, então, a análise do IEDI (2000) sobre o comportamento dos setores de altos coeficientes importado e exportado da economia brasileira entre os anos de 1989 e 1998.

A classificação apresentada pelo estudo é a que se segue. Os setores de alto coeficiente importado possuem, para os anos estudados, a relação importação/produção superior à média de seu grupo por intensidade de fator ou superior à média da indústria. Os setores de alto coeficiente exportado possuem estas mesmas características para a relação exportação/produção. Alguns setores foram considerados de alto coeficiente importado ou exportado devido à proximidade da média do grupo ou da indústria e devido à considerável variação do respectivo coeficiente entre os anos estudados.

Os setores de alto coeficiente importado tiveram um importante aumento de participação nas importações totais, passando de 48% em 1989 para 66% em 1998. No entanto, estes setores não tiveram um aumento expressivo de participação nas exportações do país, em 1989 estes setores representavam 32% das exportações totais, passaram para 33% em 1994 e para 36% em 1998. Ou seja, as maiores importações dos setores de alto coeficiente importado não levaram ao aumento das exportações destes setores.

No conjunto das exportações dos setores que obtiveram ganho de competitividade entre os anos 1989 e 1998, os setores de alto coeficiente importado representaram apenas 37% em 1994 e 35% em 1998. O ganho de competitividade dos setores exportadores não foi devido a maiores coeficientes de importação.

A conclusão do IEDI frente a estes dados é de que os setores de maior coeficiente importado não aumentaram suas exportações devido aos fortes desestímulos existentes no Brasil para este tipo de operação. Outra possibilidade é a de que as maiores importações substituíram parte da produção interna que tinha atividades de exportação, neste caso teria ocorrido uma “substituição de exportações”, um outro modo de caracterizar a rarefação das cadeias produtivas descrita no capítulo 2.

Tabela 11
Saldo Comercial Brasileiro por Setores (milhões de US\$)

	1991/94	1994/98	1998/99	
Demanda Comércio Mundial				
Demanda Crescente	4313	-14059	-12078	
Demanda Decrescente	3734	4386	7994	
Dinamismo Comércio Mundial				
Set. muito dinâmicos	1022	-9976	-8618	
Set. dinâmicos	3445	-3751	-1472	
Set. intermediários	379	788	1382	
Set. em regressão	4488	3481	4487	
Set. em decadência	-1287	215	485	
Set. muito dinâmicos ou dinâmicos	4467	-13727	-10091	
Set. em regressão ou em decadência	3201	3265	4972	
	1991	1994	1998	1999
Intensidade Tecnológica				
Set. de alta	-1051	-3143	-6151	-5310
Set. de média alta	-1701	-4307	-10439	-8482
Set. de não alta ou média alta	11682	15498	6917	10056
Set. de alta ou média alta	-2753	-7450	-16590	-13792

Fonte: IEDI (2000)

O estudo também faz uma análise do resultado comercial brasileiro para os diferentes agrupamentos de setores. Como se pode observar na tabela 11, o Brasil

possuía, no início da década, superávits nos setores de demanda crescente e decrescente, nos setores de maior ou menor dinamismo e em setores de não alta e média alta tecnologia. No final da década, o país passa a apresentar volumosos déficits em setores de demanda crescente e em setores de maior dinamismo.

Esta análise, juntamente com os dados apresentados na tabela 12, leva a conclusões nada animadoras.

Os superávits antes apresentados pelos setores de alto coeficiente de penetração, converteram-se em volumosos déficits. Estes setores seriam justamente os de maior produtividade e competitividade se se voltassem para a exportação, mas ao invés disto eles passam a gerar déficits devido à sua baixa participação nas exportações.

Além da péssima performance dos setores de alto coeficiente importado, os setores que mais contribuía com as exportações o deixam de fazer. No final da década mesmo os setores de maiores coeficientes de abertura se tornam deficitários.

A maior contribuição para a reversão do resultado comercial brasileiro veio da parte dos setores produtores de bens intensivos em tecnologia, mas também os intensivos em capital deram sua contribuição negativa. Além disto, os setores produtores de bens intensivos em mão de obra perderam sua capacidade de contribuir positivamente para a geração de superávits.

Tabela 12
Resultado Comercial de acordo com Coeficientes de Penetração e Abertura e Intensidade de Fator (milhões de US\$)

	1989	1994	1998
Coeficientes de Penetração			
Alto Coef. Importação/Produção	1984	-7225	-19838
Demais	13063	14666	11090
Coeficientes de Abertura			
Alto Coef. Exportação/Produção	12738	9650	-1157
Demais	2310	-2290	-7590
Intensidade de Fator			
Capital	2440	-442	-4232
Mão de obra	2098	1603	182
Tecnologia	2701	-3426	-14056
Recursos Naturais	7808	9706	9359

Fonte: IEDI (2000)

O IEDI (2000) reconhece que a abertura comercial foi importante para todo este processo. No entanto, a reversão dos superávits anteriormente apresentados pelo Brasil é creditada muito mais à valorização cambial promovida pelo Plano Real, uma vez que a percepção é a de que os déficits não surgiram no período em que o rebaixamento de tarifas estava em curso, mas a taxa de câmbio não estava valorizada.

Carneiro (2000) também faz uma análise sobre a inserção externa dos setores segundo a intensidade de fator. O autor utiliza a taxa de comércio (X/M) dos setores e chama a atenção para a queda desta taxa em toda a economia.

Tabela 13
Taxas de Comércio (X/M) por setores da matriz (em %)

	1990	1998	Variação
Setores intensivos em capital	79,8	47,1	-41,0
Setores intensivos em tecnologia	102,0	52,6	-48,4
Setores intensivos em mão de obra	320,0	113,7	-64,7
Setores intensivos em recursos naturais	373,5	232,1	-37,9

Fonte: IBGE, apud Carneiro (2000)

Durante a década, os setores intensivos em capital agravam ainda mais sua posição deficitária. Os setores intensivos em tecnologia deixam uma posição de equilíbrio entre importações e exportações e passam a ser fortemente deficitários. Os setores produtores de bens intensivos em mão de obra e recursos naturais perdem parte de sua capacidade de gerar saldos positivos. No caso dos bens intensivos em mão de obra, segundo o autor, grande parte desta perda foi responsabilidade de políticas comerciais equivocadas para o complexo têxtil.

A conclusão de Carneiro (2000) frente a este quadro é a de que o país voltou a apresentar uma inserção internacional parecida com aquela vigente antes de 1930, onde as exportações e importações possuem elasticidades-renda diferentes, gerando um desequilíbrio externo permanente.

Além de observar as alterações na composição das importações e exportações, Carneiro (2000) também mostra que ocorreram importantes mudanças em relação ao destino e origem de nossas vendas e compras externas.

Em relação às exportações houve diminuição da importância dos países desenvolvidos e aumento de participação das regiões mais pobres, principalmente da América Latina.

A perda nos mercados desenvolvidos se deu nos bens mais elaborados, ou seja, nos mais dinâmicos, exatamente os que se direcionaram para as áreas menos desenvolvidas. O fato de exportarmos os produtos de maior dinamismo para as áreas mais pobres e os de menor dinamismo para as áreas mais ricas agrava a falta de dinamismo de nossas exportações, uma vez que os mercados que poderiam aumentar a compra de nossos produtos estão comprando justamente os bens de demanda mais inelástica.

No que se refere às importações ocorreu aumento de participação dos países desenvolvidos nos diferentes tipos de produtos, diminuição da área da OPEP (causada pela queda nos preços do petróleo) e surgimento de novas áreas entre os países em desenvolvimento, principalmente Mercosul e Sudeste Asiático.

Estas alterações nos destinos e origens de nossas exportações e importações e também nos produtos exportados e importados das diferentes regiões reforçam a conclusão do autor de que o Brasil retornou a um sistema centro-periferia com os países desenvolvidos. Na relação com os países mais pobres, o Brasil desenvolveu uma relação oposta a essa.

Isto quer dizer que compramos produtos de maior dinamismo dos países desenvolvidos e vendemos produtos tradicionais (*commodities* agrícolas e industriais) para estes mercados. Com os países menos desenvolvidos a relação é a de venda de produtos mais dinâmicos e importações mais diversificadas.

Para Carneiro (2000) as alterações ocorridas na estrutura produtiva brasileira, as quais se encontram refletidas na evolução negativa de nossa inserção externa,

foram provocadas principalmente pela abertura comercial. Mas o autor também considera a influência de variáveis de caráter mais cíclico como as taxas de câmbio e de crescimento interno e externo.

A taxa de câmbio teria um efeito menos significativo que a abertura comercial. Como o país possui um regime de taxas flutuantes, onde as alterações cambiais podem ser freqüentes, a taxa de câmbio representa um elemento cíclico na alteração dos preços relativos, enquanto a abertura comercial altera os preços relativos de forma permanente.

As taxas de crescimento interno e externo, claramente, também são componentes cíclicos. Como nossas importações estão mais concentradas em bens de maior conteúdo tecnológico, o ciclo externo influencia muito pouco os preços dos bens que compramos e o ciclo interno influencia fortemente a quantidade em que compramos.

O oposto ocorre com nossas vendas externas. Por termos de uma pauta de exportações concentrada em commodities, cujos preços são amplamente sensíveis à demanda, é o ciclo externo que exerce maior influência sobre as mesmas e o faz através dos preços. Justamente pelo tipo de bem que exportamos, a influência do ciclo externo sobre as quantidades de nossas vendas é pequena.

A abertura comercial deu ao comércio exterior brasileiro a seguinte configuração: nossas importações são determinadas prioritariamente pelo ciclo interno, através das quantidades, e nossas exportações são determinadas pelo ciclo externo, através de alterações nos preços. Segundo Carneiro (2000), neste tipo de cenário, as taxas de câmbio deixam de ter tanta influência sobre as importações e exportações, fazendo com que ajustes no saldo comercial dependam principalmente das quantidades de bens importados, ou seja, do ciclo interno.

Além do fato de só podermos reduzir importações freando o crescimento interno, o aumento das exportações como meio de contrabalançar o aumento das importações se tornou muito pouco eficaz. No capítulo 2, foi mostrado como os setores produtores de bens intermediários tiveram seus coeficientes de penetração

aumentados sensivelmente, sem falar nos grandiosos aumentos deste coeficiente para os setores de bens de capital. Sendo assim, incentivos para o aumento das exportações, certamente, trariam também aumentos significativos das importações, ou seja, o incentivo ao aumento das exportações não seria por si só capaz de equilibrar o resultado comercial do país.

Neste capítulo procurou-se mostrar como a abertura comercial e outros importantes fatores influenciaram as relações comerciais do país com o resto do mundo. No próximo capítulo procuraremos exemplificar as implicações do crescimento econômico do país sobre o saldo comercial nesta nova configuração trazida pela abertura comercial.

Capítulo 4

CRESCIMENTO ECONÔMICO E RESULTADO COMERCIAL

Até aqui mostramos como a abertura comercial, através do forte aumento das importações, provocou sérias alterações na estrutura produtiva do país. Estas mudanças fizeram com que o país aumentasse sua dependência em relação às importações de maior conteúdo tecnológico. Um agravante desta situação é o fato de nossas exportações terem aumentado sua concentração em produtos de baixo dinamismo no comércio internacional, tornando a inserção externa do país ainda mais problemática.

Esta nova pauta comercial torna-se especialmente prejudicial ao país quando as taxas de crescimento econômico se elevam.

Vimos que os produtores nacionais continuaram se orientando pelo mercado interno, não tendo construído relações sólidas de exportação como os defensores da abertura comercial esperavam. Assim, quando a economia do país começa a crescer e a demandar alguns dos produtos que estavam sendo exportados, não é promovido um aumento da capacidade de produção para se atender tanto à demanda interna quanto à externa, o que ocorre é a reversão de exportações para vendas domésticas.

Mais grave que isto, no entanto, é a situação da pauta brasileira de importações. A concentração das importações brasileiras em bens de maior elasticidade-renda faz com que toda vez que o país inicie uma fase de crescimento, as importações cresçam em tal medida que o déficit comercial torna-se insustentável. Como vimos no capítulo anterior, o ajuste para esta situação somente pode ser feito através da diminuição das importações e, portanto, da repressão ao crescimento econômico.

Para visualizarmos melhor esta situação vamos utilizar a tabela 14 que

mostra o saldo comercial brasileiro para as diferentes categorias de uso durante a década de 90, e a tabela 15, que mostra as taxas de crescimento do PIB para o mesmo período.

Tabela 14
Balança Comercial Brasileira (US\$ milhões - FOB)

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Exportações										
Bens de capital	2288	2847	3323	3946	3653	3919	5244	5799	5657	8216
Bens de consumo duráveis	1383	2277	2040	1983	1907	1976	2838	2837	2394	3363
Bens de consumo não duráveis	5289	6416	7187	7373	7837	8633	8841	8855	8751	9161
Bens intermediários	22217	23683	25300	29372	32591	32712	35700	33245	30747	33413
Combustíveis	443	570	706	871	508	507	363	384	462	932
Total	31620	35793	38555	43545	46506	47747	52986	51120	48011	55086
Importações										
Bens de capital	3202	3340	3867	5377	8846	10288	12807	12476	10098	9678
Bens de consumo duráveis	369	508	1098	2208	4602	2710	3895	3842	1888	1886
Bens de consumo não duráveis	1804	1185	1586	2683	5268	5627	6028	6201	4579	4136
Bens intermediários	11309	11303	14126	18292	25898	27827	30905	30874	27825	32426
Combustíveis	4361	4181	4514	4429	5209	6435	6206	4321	4821	7657
Total	21041	20554	25256	33079	49970	53286	59842	57714	49210	55783
Saldo										
Bens de capital	-914	-493	-544	-1431	-5193	-6369	-7563	-6677	-4441	-1462
Bens de consumo duráveis	1014	17699	42	-225	-2695	-734	-1057	-1005	5061	477
Bens de consumo não duráveis	3485	5231	5601	4690	2569	3006	2813	2654	4172	5025
Bens intermediários	10908	12380	11174	11080	6693	4885	4795	2371	29229	87
Combustíveis	-3918	-3611	-3808	-3558	-4701	-5928	-5843	-3937	-4359	-6725
Total	10579	15239	13299	10466	-3464	-5539	-6856	-6594	-1199	-697

Fonte: Funex

Tabela 15
Variação Real do PIB Brasileiro (em %)

Anos	Var. PIB
1991	1,03
1992	-0,54
1993	4,92
1994	5,85
1995	4,22
1996	2,66
1997	3,27
1998	0,22
1999	0,54
2000	4,39

Fonte: IBGE

No ano de 1992, o país apresentou aumento do superávit comercial, com contribuições significativas de todos os setores, um resultado natural de se esperar, já que este foi um ano em que o PIB diminuiu 0,54 em relação ao ano anterior. Os setores produtores de bens de capital reduziram seu déficit a metade do que era no ano anterior e os demais setores apresentaram aumento de seus superávits.

Nos três anos seguintes, o PIB brasileiro cresceu a taxas superiores a 4% ao ano, o que já foi suficiente para que se gerasse um déficit comercial equivalente a um terço do superávit apresentado no início da década. Os setores que mais contribuíram para esta reversão do resultado comercial foram os bens de capital e bens de consumo duráveis. O setor produtor de bens intermediários também apresentou uma queda considerável em sua capacidade de gerar superávits.

Nos anos de 1996 e 1997 o país apresentou taxas de crescimento menores que nos três anos anteriores, 2,66 e 3,27% respectivamente e o déficit comercial continuou aumentando. O setor que mais contribuiu para este aumento foi o de bens de capital, cujo déficit apresentou razoáveis incrementos nos dois anos.

Em 1998, o crescimento do país esteve próximo a zero, mas o déficit comercial teve uma redução bastante discreta. No ano seguinte o crescimento do PIB manteve-se próximo a zero e o déficit comercial diminuiu significativamente. Neste último ano, o setor produtor de bens de capital teve considerável diminuição em seu déficit, o setor de bens de consumo duráveis transformou seu resultado comercial em superávit e o setor de bens de consumo não duráveis teve um considerável incremento em seu superávit.

No último ano da década, o crescimento do PIB voltou a ser superior aos 4% ao ano e o déficit comercial chegou mesmo a apresentar uma redução. Isto se deveu, principalmente, à acentuada queda do déficit no setor produtor de bens de capital.

Analisando a década como um todo, o setor de bens de consumo apresentou

o comportamento esperado, ou seja, em períodos de crescimento mais acentuado suas importações cresceram fortemente, fazendo com seu superávit diminuísse, caso dos bens não duráveis, ou com que seu déficit aumentasse, caso dos bens duráveis. Em períodos de crescimento mais discreto, as importações cresceram a taxas reduzidas ou diminuíram, fazendo com seus superávits aumentassem ou com que seus déficits diminuíssem.

Os bens de capital apresentaram importações com taxas consideráveis de crescimento durante os sete primeiros anos da década, seja quando o país crescia a 4% ao ano, seja quando crescia da 2% ao ano. As importações destes setores apenas retrocederam quando a economia do país estava praticamente estagnada, e mesmo assim, foi uma queda pouco acentuada.

Este tipo de comportamento confirma a sensibilidade excessiva das importações de bens capital ao crescimento da atividade econômica. Para que exista algum investimento no país, que leve ao crescimento econômico, as importações de bens de capital se movem para níveis altíssimos, prejudicando consideravelmente o saldo comercial do país.

No último ano da década, quando o Brasil voltou a apresentar um crescimento mais significativo, as importações do setor em questão declinaram. Isto se deveu ao fato de este crescimento ter sido obtido através da ocupação de capacidade ociosa, como pode ser visto na tabela 16, e não através de novos investimentos, como compra de bens de capital.

Tabela 16
Utilização Média da Capacidade Instalada da
Indústria de Transformação (em %)

Período	Uso da Capacidade
1999	
Janeiro	79
Abril	80
Julho	80
Outubro	82
2000	
Janeiro	81
Abril	83
Julho	83
Outubro	84

Fonte: FGV/IBRE/CET, apud MDIC(2001)

O setor produtor de bens intermediários perdeu quase que completamente sua capacidade de gerar superávits, ao final da década seu resultado comercial não chegava a um décimo do que era no início da mesma. Suas importações aumentaram significativamente durante o período que vai de 1993 a 1997. No período de 1998 a 1999, quando as taxas de crescimentos do PIB estavam próximas a zero, a queda nas importações destes bens foi pouco significativa.

O comportamento das importações dos bens intermediários mostra como o país aumentou sua dependência em relação aos insumos importados, basta um pequeno crescimento do PIB para que suas importações se tornem explosivas. Pode-se confirmar isto analisando o ano de 2000, quando o PIB cresceu a 4,39%, após dois anos de quase estagnação, e as importações da categoria cresceram mais que 16%.

Este tipo de resposta exagerada das importações ao crescimento econômico também pode ser observado através da análise do comércio exterior dos gêneros industriais mostrados na tabela 17.

A balança comercial da indústria brasileira aumentou significativamente seu déficit. Em 1996, quando o país apresentou um crescimento apenas moderado de seu PIB, o déficit comercial da indústria aumentou 16%. No ano seguinte, quando o crescimento econômico foi um pouco mais significativo, o incremento do déficit comercial foi de 77%, ultrapassando o dobro do déficit de dois anos antes. No ano de 1998, em que a variação da atividade econômica esteve próxima a zero, o recuo do déficit foi pouco significativo.

A diminuição do déficit da indústria de transformação só foi mais significativa no segundo ano de crescimento econômico próximo a zero. No último ano da década, o déficit também apresentou redução, apesar do crescimento econômico mais expressivo apresentado pelo país. Se olharmos os dados desagregados, veremos que alguns importantes gêneros industriais apresentaram aumento significativo de seu déficit neste ano, como é o caso dos materiais

elétricos e de comunicação, da indústria química e da indústria farmacêutica.

Importantes setores da indústria, como a metalurgia, tiveram sua capacidade de gerar superávits reduzida, tanto pelo aumento das importações como pela diminuição das exportações. Mesmo em 1998, um ano de fraquíssimo desempenho econômico, este comportamento pôde ser observado.

Setores como o de mecânica, de materiais elétricos e de comunicação e de química tiveram aumentos consideráveis de seus já significativos déficits comerciais. Entre 1995 e 1998, a indústria de materiais elétricos e de comunicação aumentou seu déficit em aproximadamente 43%, passando de US\$ 4.215 milhões para US\$ 6.046 milhões. Com o péssimo desempenho econômico do país, em 1999, este valor apresentou redução, mas, com a aparente recuperação de 2000, seu déficit já voltou à casa dos US\$ 6 bilhões.

Estes tipos de comportamento confirmam a hipersensibilidade do déficit comercial ao crescimento econômico. Quando o país cresce, mesmo a taxas muito pouco significativas, os déficits comerciais se agigantam, principalmente pelo aumento explosivo das importações. Em alguns setores a diminuição das exportações durante períodos de crescimento também contribui para o aumento do déficit.

Tabela 17
 Balança Comercial Brasileira, por Gêneros Industriais (US\$ milhões - FOB)

Gêneros	1995			1996			1997		
	Exp.	Imp.	Saldo	Exp.	Imp.	Saldo	Exp.	Imp.	Saldo
Minerais Não Metálicos	628	401	227	631	433	198	707	505	202
Metalúrgica	6.939	2.128	4.811	6.603	2.310	4.293	6.407	2.890	3.517
Mecânica	3.972	7.999	-4.027	4.180	8.813	-4.633	4.531	10.788	-6.257
Material El. e de Com.	1.505	5.720	-4.215	1.584	6.876	-5.292	1.783	8.423	-6.640
Material de Transporte	3.336	5.939	-2.603	3.721	4.510	-789	5.620	6.382	-762
Madeira	1.138	69	1.069	1.112	96	1.016	1.220	121	1.099
Mobiliário	337	127	210	351	164	187	390	233	157
Papel e Papelão	2.705	1.093	1.612	1.935	1.009	926	1.991	1.029	962
Borracha	695	812	-117	725	822	-97	774	899	-125
Couros e Peles	625	246	379	740	220	520	809	238	571
Química	1.958	5.234	-3.276	2.171	5.745	-3.574	2.405	6.283	-3.878
Farmacêutica	111	517	-406	131	830	-699	154	1.014	-860
Perfumaria, Sab. e Velas	210	261	-51	230	287	-57	212	356	-144
Prods. de Mat. Plásticas	809	1.598	-789	734	1.693	-959	830	1.797	-967
Têxtil	915	1.934	-1.019	817	1.961	-1.144	821	1.934	-1.113
Vestuário	532	384	148	479	388	91	450	453	-3
Calçados e Componentes	1.499	211	1.288	1.650	210	1.440	1.594	206	1.388
Produtos Alimentares	5.559	1.788	3.771	5.971	1.091	4.880	5.591	1.189	4.402
Bebidas	205	734	-529	199	500	-301	145	378	-233
Fumo	406	10	397	487	15	472	573	25	548
Editorial e Gráfica	27	273	-246	23	361	-338	30	407	-377
Brinquedos	25	285	-260	20	255	-235	23	259	-236
Indústria Diversas	575	2.176	-1.601	532	2.523	-1.991	610	2.626	-2.016
Total	34.711	39.939	-5.227	35.026	41.112	-6.086	37.672	48.435	-10.763

Gêneros	1998			1999			2000		
	Exp.	Imp.	Saldo	Exp.	Imp.	Saldo	Exp.	Imp.	Saldo
Minerais Não Metálicos	704	457	247	720	350	370	792	382	410
Metalúrgica	5.775	2.932	2.843	5.364	2.204	3.160	6.241	2.510	3.731
Mecânica	4.339	10.729	-6.390	3.970	9.059	-5.089	4.283	8.992	-4.709
Material El. e de Com.	1.712	7.758	-6.046	1.813	7.443	-5.630	2.961	9.121	-6.160
Material de Transporte	6.458	6.793	-335	5.491	4.651	840	8.057	4.926	3.131
Madeira	1.128	114	1.014	1.392	64	1.328	1.479	77	1.402
Mobiliário	362	245	117	408	173	235	514	186	328
Papel e Papelão	1.979	1.070	909	2.144	829	1.315	2.543	968	1.575
Borracha	745	890	-145	731	714	17	776	880	-104
Couros e Peles	738	215	523	667	185	482	829	230	599
Química	2.308	6.447	-4.139	2.110	6.069	-3.959	2.469	6.515	-4.046
Farmacêutica	195	1.213	-1.018	690	1.512	-822	219	1.419	-1.200
Perfumaria, Sab. e Velas	223	397	-174	210	367	-157	240	375	-135
Prods. de Mat. Plásticas	735	1.842	-1.107	690	1.630	-940	956	1.975	-1.019
Têxtil	702	1.570	-868	612	1.254	-642	688	1.437	-749
Vestuário	414	383	31	401	206	195	537	187	350
Calçados e Componentes	1.387	117	1.270	1.342	55	1.287	1.617	49	1.568
Produtos Alimentares	6.146	1.081	5.065	5.564	780	4.784	4.876	713	4.163
Bebidas	102	160	-58	123	149	-26	105	149	-44
Fumo	619	27	592	68	8	60	29	5	24
Editorial e Gráfica	34	360	-326	31	223	-192	28	221	-193
Brinquedos	21	198	-177	23	115	-92	30	103	-73
Indústria Diversas	681	2.674	-1.993	747	2.152	-1.405	758	2.352	-1.594
Total	37.507	47.672	-10.165	35.311	40.192	-4.881	41.027	43.772	-2.745

Fonte: SECEX

Passemos agora uma análise um pouco mais elaborada do comportamento do complexo químico, durante a década de 90.

O complexo químico representa cerca de 12% do PIB industrial do país. É formado por vários segmentos industriais, exercendo importantes impactos em toda a cadeia produtiva. De acordo com a classificação por intensidade de fatores a maioria dos segmentos que formam o complexo químico faz parte dos setores intensivos em capital.

De acordo com o MDIC (2000), existem quatro grandes segmentos onde as indústrias do complexo químico podem ser agrupadas:

Indústria química orgânica de base ou petroquímica, composta por: resinas, fios, borracha, fibras, solventes, detergentes, plastificantes etc.

Indústria inorgânica, composta por: fertilizantes, cloro, barrilha etc.

Indústria de química fina, composta por: produtos farmacêuticos, defensivos agrícolas, corantes, perfumaria, cosméticos, plásticos etc.

Indústria de produtos químicos naturais.

Cada um destes quatro segmentos possui características distintas. O setor petroquímico, por exemplo, é responsável por cerca de 50% do faturamento de todo o complexo, é um setor produtor de *commodities*, sofrendo forte influência do mercado internacional.

Já o setor de química fina fabrica produtos de maior valor agregado e responde por 35% do faturamento do complexo. Os setores da indústria de química inorgânica são mais semelhantes ao da indústria petroquímica, no segmento produtor de fertilizantes a influência sazonal é forte sobre a demanda. A indústria de produtos químicos naturais é a de menor importância econômica e está vinculada a alimentos e medicamentos naturais.

O comportamento do comércio exterior do complexo químico, nos anos 90, está mostrado na tabela 18. Pode-se observar que o déficit comercial do setor

sofreu um forte aumento, alcançando no final da década um montante cinco vezes maior que no início da mesma. Segundo o MDIC (2000), o déficit comercial vem sendo comum a todos os segmentos que formam o complexo.

O aumento das exportações foi bem mais moderado e apenas dobrou durante toda a década passando de US\$ 2200 milhões para US\$ 4660 milhões. Já as importações mais que triplicaram durante os anos 90, indo de US\$ 3534 milhões, em 1991, para US\$ 11164 milhões, em 2000. No início da década, as importações eram apenas 60% maiores que as exportações, no final da década este percentual chegou a 140%.

Tabela 18
Balança Comercial do Complexo Químico (US\$ milhões)

	Importação	Exportação	Saldo
1991	3534	2200	-1334
1992	3667	2321	-1346
1993	4557	2540	-2017
1994	5792	2804	-2988
1995	8212	3388	-4824
1996	9377	3991	-5386
1997	10349	4377	-5972
1998	10789	4206	-6583
1999	10292	4431	-5861
2000	11164	4660	-6504

Fonte: MF, SPI/MICT, apud MDIC (2000) - para dados de 1991 a 1995 / MDIC (2001) - para dados de 1996 a 2000

A abertura comercial provocou uma séria rebaixa de tarifas neste setor, o que desestimulou a produção nacional e favoreceu o aumento das importações. O resultado foi este saldo comercial tão expressivamente negativo.

Bielschowsky (1998) diz que o aumento das importações neste setor, apesar de ter sido considerável, não foi tão grandioso quanto em outros setores que sofreram “avalanches” de importações. Entretanto, a ameaça de importações teve um forte efeito redutor de preços. Como neste setor é necessário se operar próximo à plena capacidade para que se cubram os custos fixos, as empresas,

buscando preservar suas participações no mercado, baixaram os preços.

O aumento das importações foi suficiente, entretanto, para que houvesse encerramento de plantas industriais e adiamento de investimentos. Devido às facilidades para se importar, que a abertura comercial provocou, muitas empresas optaram por importar seus insumos, resultando no fechamento de diversas unidades industriais. Trata-se da rarefação das cadeias produtivas já explicada no capítulo 2.

A confirmação de todas estas transformações provocadas pela abertura comercial está no aumento da sensibilidade do déficit comercial do setor ao crescimento econômico.

O déficit comercial do complexo químico aumentou durante toda a década, com exceção do ano de 1999, o segundo ano consecutivo de um crescimento econômico próximo a zero. Nos três anos seguidos (1993-95) que o país apresentou taxas de crescimento superiores a 4% ao ano, o crescimento do déficit comercial do complexo químico esteve próximo aos 50% ao ano. Em 1996 e 1997, em que as taxas de crescimento do PIB foram menos significativas, os incrementos do déficit estiveram próximos a 10% ao ano. Este mesmo percentual foi alcançado em 1998, quando o PIB estava praticamente estagnado.

Neste capítulo se buscou, através de exemplos, mostrar a excessiva sensibilidade do resultado comercial brasileiro ao crescimento econômico. Espera-se, assim, ter confirmado as mudanças prejudiciais provocadas pela abertura comercial em nossa estrutura produtiva, que tiveram como resultado déficits comerciais crescentes, os quais só podem ser detidos às custas de severas repressões ao crescimento econômico.

Conclusão

A abertura comercial no Brasil foi feita de maneira acelerada, sem que nenhum tipo de atenção especial fosse dado a setores mais frágeis da indústria. Este comportamento visava implementar uma concorrência mais acirrada dentro da economia brasileira, como se este fosse o remédio para os problemas que o país vinha apresentando. Como vimos, as suposições dos defensores da abertura comercial eram falhas, e todas as “vantagens” imaginadas pelos mesmos dificilmente chegariam a se concretizar.

O comportamento dos coeficientes de abertura e penetração da economia brasileira durante a década nos mostrou que a especialização provocada pela abertura comercial foi perversa, e não virtuosa, como muitos imaginaram. O aumento desmedido das importações fez com alguns segmentos da cadeia produtiva desaparecessem. A antiga produção destes segmentos foi substituída inteiramente por produtos importados, assim, quando o país cresce, a demanda que incentivaria o aumento da produção destes segmentos transforma-se em aumento das importações. Estas transformações são mais evidentes nas cadeias dos produtos intensivos em tecnologia e em capital.

A perda de adensamento ocorreu sem que os produtores nacionais estabelecessem relações mais sólidas de exportação, capazes de contrabalançar o forte aumento das importações. O país se tornou mais dependente em relação a importantes categorias de importações, sem construir uma inserção intra-indústria com o exterior.

Além dos coeficientes de comércio exterior, a evolução da participação dos diferentes setores na indústria brasileira também confirma a perda de importantes segmentos da cadeia produtiva, justamente os mais dinâmicos. Ocorreram diminuições na participação dos intensivos em capital e também em várias das indústrias que compõem o segmento de intensivos em tecnologia.

Neste cenário os investimentos só poderiam ter ficado em níveis baixos.

Durante o curto período no qual os investimentos foram significativos, estes promoveram apenas um ciclo de modernização, e não de aumento da capacidade produtiva.

O reflexo destas transformações foi visto no capítulo 3. Qualquer que seja o critério de agrupação dos setores vê-se, de modo geral, a deterioração da inserção externa do país. Durante a década, aumentou-se a participação de produtos de maior dinamismo em nossa pauta de importações. Já pelo lado das exportações, foram os bens de menor dinamismo no comércio mundial que tiveram suas participações aumentadas.

Outro aspecto interessante foi o fato de os setores mais intensivos em importação terem reduzido sua parcela de participação nas exportações, mostrando que os ganhos de competitividade trazidos pelas maiores importações não foram transformados em maiores exportações.

A inserção externa do país de fato regrediu. O agravamento das posições deficitárias dos bens intensivos em tecnologia e capital ao longo da década mostra o retorno do país a um esquema de inserção centro-periferia, onde se exporta bens de baixa elasticidade-renda e se importa bens onde esta elasticidade é alta.

Com esta configuração nossas exportações dependem majoritariamente do comportamento do comércio mundial. Como exportamos *commodities* para os países desenvolvidos, a variação em quantidade é pequena, é a variação de preços, determinada pelo mercado mundial, que interfere no total obtido com nossas exportações.

Nossas importações concentraram-se em bens mais de mais elevada tecnologia, o que faz com que o montante importado dependa do ciclo de crescimento interno. Quando a atividade econômica do país se eleva as importações crescem exageradamente, e só diminuem seu ritmo de crescimento se a atividade econômica for refreada.

Isto foi justamente o que se procurou exemplificar no último capítulo deste trabalho, onde pudemos observar que o déficit comercial tornou-se muito sensível

ao crescimento econômico, principalmente pela alta dependência em relação aos bens de capital e bens intermediários. Apenas três anos de um crescimento econômico nem tão significativo já foram suficientes para fazer surgir um volumoso déficit comercial. Até mesmo em períodos onde a atividade econômica esteve praticamente estagnada, o déficit comercial manteve-se significativo, não deixando dúvidas a respeito dos efeitos maléficos da abertura comercial sobre a estrutura produtiva e, conseqüentemente, sobre a inserção externa do país.

BIBLIOGRAFIA

- BIELSCHOWSKY, R. coord. *Determinantes dos Investimentos na transição da economia brasileira dos anos 90*. (Indústria, Mineração, Petróleo e Infra-Estrutura) Brasília: Cepal-IPEA, 1998
- BNDES. *Estudos Setoriais, Informes Setoriais – Complexo Químico*. www.bndes.gov.br, fevereiro de 1995
- CARNEIRO, R. Reformas Liberais, Estabilidade e Estagnação (A Economia Brasileira na década de 90), Campinas: UNICAMP.IE, 2000. (Tese de Livre Docência)
- INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL – IEDI. Abertura, Política Cambial e Comércio Exterior Brasileiro – Lições dos anos 90 e Pontos de Uma Agenda Para a Próxima Década (Sumário). www.iedi.com.br, 2000
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR – MDIC. *Ações Setoriais para o Aumento da Competitividade da Indústria Brasileira*. www.mdic.gov.br, 2000
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR – MDIC. *Boletim Estatístico*. www.mdic.gov.br, maio de 2001
- MONTENEGRO, R. e MONTEIRO, D. C. *Complexo Químico*. BNDES Setorial, edição especial – Balança Comercial Brasileira. www.bndes.gov.br, novembro de 1997.

MOREIRA, M. M. *A Indústria Brasileira nos Anos 90. O que já se Pode Dizer?* In. *A Economia Brasileira nos Anos 90*, BNDES, 1999

PICCINI, M. e PUGA, F. *A Balança Comercial Brasileira: Desempenho no Período 1997/2000. Texto para discussão número 90*, BNDES, 2001

Site:

Ipeadata: www.ipeadata.gov.br